

# **PODER LEGISLATIVO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

## **QUESTÃO DE ORDEM Nº 4/2015**

**Art. 222 do Regimento Interno**

**Autores: Deputados Pedro Lupion e  
Pastor Edson Praczyk**

**Protocolo nº 7398/2015-DAP**

---

**DIRETORIA LEGISLATIVA**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ



## QUESTÃO DE ORDEM

(Dos Deputados Pedro Lupion - DEM e Pastor Edson Praczyk -PRB)

À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA PROVIDÊNCIAS.

DATA: 02 DEZ. 2015

PRESIDENTE

Nº 4 | 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Os Parlamentares que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem suscitar **QUESTÃO DE ORDEM**, nos seguintes termos do artigo 104, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RALEP), conforme adiante exposto:

1. Objetiva o Projeto de Resolução (PR) nº 38, de 2015 a instituição do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com as modificações apresentadas pela Comissão Especial para Análise de Mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa (cf. requerimento nº 454, 2015 de autoria do Deputado Pedro Lupion), instituída pelo Ato do Presidente nº 3, de 2015, publicado no DOA nº 819, de 9 de março de 2015;
  
2. Concluído os trabalhos da Comissão em comento a matéria foi encaminhada a Comissão Executiva, com a finalidade desta apresentar a proposição, conforme o acordo de líderes;

14:58 02/12/2015 007338 DEP PEDROLUPION



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ



3. Uma vez protocolada a matéria e autuada como Projeto de Resolução a Diretoria Legislativa desta Casa, em 29 de outubro de 2015, determinou o encaminhamento do mesmo para a Comissão de Constituição de Justiça;
4. Ocorre, que por força do artigo 222 do RIALEP a tramitação adotada ao projeto de resolução que objetiva alterar ou instituir o Regimento Interno desta Casa Legislativa é diversa das demais proposições. Outrossim, bastando simples parecer da Comissão Executiva, a qual determinará a publicação e distribuição da matéria, para então ser objeto de discussão de ao menos duas sessões plenárias;
5. Sem prejuízo, ainda, da apresentação de emendas as quais poderão ser realizadas em plenário, bem como cabendo a Comissão Executiva se manifestar acerca das mesmas no prazo de três dias;

Ante o exposto, requer-se o cumprimento do artigo 222 do RIALEP, devendo haver manifestação da Comissão Executiva acerca da matéria relacionada no PR, assim como a determinação desta Presidência em distribui-la aos demais parlamentares, para então designar as sessões a que se refere o Regimento Interno.



PEDRO LUPION  
*Deputado Estadual*

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2015



Pastor EDSON PRACZYK  
*Deputado Estadual*



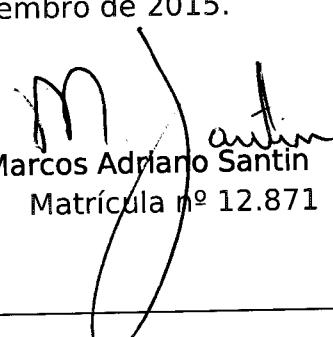
## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

I. Certifico que a presente Questão de Ordem, protocolada sob nº 7398/15-DAP, em 2/12/2015, foi autuada nesta data como Questão de Ordem nº 4/2015;

II. Informo, ainda, que conforme se verifica à fl. 4 do Diário Oficial da Assembleia nº 996 de 7 de dezembro de 2015 (em anexo), o Presidente deste Poder Legislativo, na sessão ordinária do dia 2 de dezembro de 2015, decidiu por acatar a referida Questão de Ordem formulada pelos Deputados PEDRO LUPION e PASTOR EDSON PRACZYK.

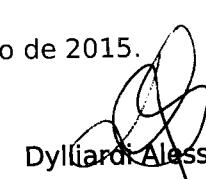
Desse modo, determinou ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que encaminhasse imediatamente o Projeto de Resolução nº 38/2015 para a Comissão Executiva, a fim de que esta se manifestasse nos termos do art. 222 do Regimento Interno.

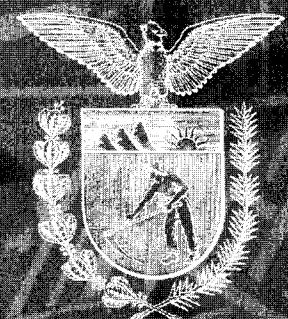
Curitiba, 8 de dezembro de 2015.

  
Marcos Adriano Santin  
Matrícula nº 12.871

- I. Ciente;
- II. Diante do deferimento da Questão de Ordem em tela e tendo em vista o previsto no §1º do art. 104 do Regimento Interno, no sentido de que *"todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia"*, após as devidas anotações, arquive-se.

Curitiba, 8 de dezembro de 2015.

  
Dilliardi Alessi  
Diretor Legislativo



# Diário OFICIAL Assembleia

## Poder Legislativo Estadual

Edição nº 996 | 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa | Publicação nº 197 | 14 páginas  
Curitiba, Segunda-Feira, 07 de Dezembro de 2015

### Mesa Executiva

<b>DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO</b> Presidente	<b>DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES</b> 1º Secretário	<b>DEPUTADO ADELINO RIBEIRO</b> 3º Secretário
<b>DEPUTADO JONAS GUIMARÃES</b> 1º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMIR BIER</b> 2º Secretário	<b>DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO</b> 4º Secretário
<b>DEPUTADO ANDRE BUENO</b> 2º Vice-Presidente		
<b>DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO</b> 3º Vice-Presidente		<b>DEPUTADO NEY LEPREVOST</b> 5º Secretário

### Lideranças

Líder do Governo .....	Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Deputado Tadeu Veneri
PMDB .....	Deputado Nereu Moura
PSD .....	Deputado Chico Brasileiro
DEM.....	Deputado Elio Lino Rusch
PT .....	Deputado Professor Lemos
PDT .....	Deputado Nelson Luersen
PSDB .....	Deputado Francisco Buhrer
PSC .....	Deputado Leonaldo Paranhos
Bloco - PRB,PPL,PSL,PV.....	Deputado Edson Pracyk
Bloco - SD,PP,PMN .....	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PSB .....	Deputado Tião Medeiros

### Representação Partidária

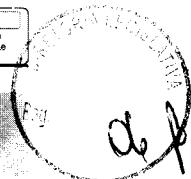
**PSC** - Alexandre Guimarães, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Marcio Nunes, Claudio Palozi, Paranhos, Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhrer, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães. **PDT** - André Bueno, Fernando Scanavaca, Márcio Paulik, **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Chico Brasileiro, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost. **PSB** - Gilberto Ribeiro, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Pastor Edson Pracyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

### Deputados Licenciados

**PSC** - Ratânia Júnior, **PPS** - Douglas Fabricio



# PODER LEGISLATIVO ESTADUAL



## Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral .....	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral .....	Flavio Luis Coutinho Slivinski
Secretário - Geral da Presidência .....	Harry Françoa Junior
Diretor Legislativo .....	Dyllardi Alessi
Diretora Administrativa .....	Marinês Picinin Raimundi
Diretor de Pessoal .....	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico .....	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário .....	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro .....	João Ney Marçal Junior
Controlador Geral .....	
Ouvidor Geral .....	Caíto Quintana

**Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911**

**Telefone 41 3350.4000**

## Sumário

Sessões Plenárias .....	03
Processo Legislativo .....	09
Editais e Contratos.....	13

## Sessões Plenárias

### Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 2 de dezembro de 2015 - Ata n.º 118

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Fernando Scanavaca (PDT), Hussein Bakri (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Marcio Pauliki (PDT), Nelson Justus (DEM), Pastor Edson Pracyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Schiavinato (PP), Tadeu Veneri (PT) e Tercilio Turini (PPS) (**14 Parlamentares**). O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Srs. Deputados **Bernardo Ribas Carli** (na função de 1.º Secretário) e **Marcio Pauliki** (na função de 2.º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 118.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 18.ª Legislatura. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 117, de 1.º/12/2015), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não havendo Expediente a ser lido e nenhum orador inscrito no horário do Pequeno e do Grande Expedientes, então vamos ao horário das Lideranças: Democratas, PT, PSD, PSC, PMDB. Deputado Requião.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Deputados: Requião Filho, Ney Leprevost e Schiavinato.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Srs. Deputados, Sr. Presidente, o recado hoje é breve. Estou aqui apenas para colocar a indignação - e acho que é uma indignação de todos nós Deputados - sobre a brincadeira que a Prefeitura de Curitiba fez. Uma brincadeira de mau gosto, uma propaganda ruim, uma propaganda que decreto tem um *marqueteiro* por aí dizendo: "- Alcançamos o nosso objetivo. Está todo mundo falando do assunto". Só que ninguém fala do assunto; está todo mundo falando da propaganda, e o perigo da propaganda institucional é esta: quando o dinheiro público é mal versado, é mal gasto, e essa propaganda pedindo o fim dos direitos dos deficientes é um claro exemplo de dinheiro mal gasto, mal versado. Algum *marqueteiro* deve ter se achado brilhante ao fazer isso, e estamos há quase uma semana discutindo o erro da Prefeitura de Curitiba, a grosseria por parte do setor de marketing, e ninguém discute realmente o direito dos deficientes. Não foi atingido o seu objetivo; estamos a discutir a grosseria da Prefeitura, estamos a discutir o absurdo que foi gastar dinheiro público com um *outdoor*, com uma molecagem. A linguagem mais jovial, a falta de compromisso no Facebook ou no Twitter da Prefeitura, se chamar de *Pres*, denominar a capivara o símbolo, o animal modelo da atual gestão, tudo isso são coisas que passam, pois a rede social é realmente um ambiente mais leve, mas ficou ruim, não ficou bem explicado, ficou de forma desrespeitosa para com todos nós a última campanha da Prefeitura. Espero que se o Prefeito não chamar o seu Secretário de Comunicação para uma conversa, que o Paulo Mac Donald o faça em seu lugar, afinal, tem sido assim nos últimos anos na Prefeitura de Curitiba. Gustavo é sempre um *gentleman*, sempre um bom mocinho, e o tira mau sobre para o Mac. Então, espero que tenha o *puxão de orelha*, que seja puxada a orelha do Secretário de Comunicação, para que um absurdo desse não aconteça novamente na Prefeitura de Curitiba. Temos que cuidar do dinheiro público, temos que cuidar de como se faz a comunicação. O problema não é sequer este caso a imprensa, mas como foi feito. Temos um defeito: acreditamos que podemos fazer qualquer coisa na propaganda, até dizer que contratamos 10.000 policiais sem nem termos chegado perto deste número. Este tipo de coisa precisa ter um fim. Propaganda institucional tem que ser séria, a mensagem tem que ser clara e objetiva, não dá para fazer propagandas jocosas ou propagandas deste tipo com o dinheiro público. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Ainda no horário das Lideranças, Deputado Ney Leprevost.

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero, inicialmente, me somar ao meu colega Requião no protesto contra esta campanha extremamente infeliz, de *outdoors*, que foi feita com dinheiro público pela Prefeitura Municipal

de Curitiba. Quando você está tratando de recursos do contribuinte, você já tem que ter extremo cuidado; agora, quando além de utilizar o dinheiro do contribuinte, utiliza mal o dinheiro do contribuinte para fazer brincadeirinhas, piadinhas, envereda pelo caminho de uma brincadeira de mau gosto, de uma brincadeira que mexe com a suscetibilidade das pessoas, a indignação é grande. Ainda ontem conversava com a minha amiga Fernanda Bruni, que é uma grande lutadora da causa do deficiente, assim como o meu amigo Mauro Nardini, Diretor da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, e ambos estavam indignados com essa iniciativa triste da Prefeitura. Acredito que faltou sensibilidade, faltou conhecimento da realidade; só quem tem um amigo próximo, um familiar, que enfrenta, muitas vezes, dramas a ficar deficiente - porque nem todos são deficientes - sabem o quanto isso deve ter dóido para as pessoas que viram esses *outdoors*. Mas essa, em minha opinião, é uma questão menor; deve ser feito protesto, deve ser pontuado, até para deixarmos claro que não concordamos, para exigir - afinal de contas esse é o nosso dever, a nossa obrigação - a boa aplicação do dinheiro público, mas precisaremos debater aqui, já que estamos na Capital do Paraná, ao longo do ano que vem, e debater também nos bairros, nas entidades de classe, debater com a sociedade civil organizada as soluções para os macroproblemas da nossa Curitiba. O trânsito, a cada dia que passa, mais caótico. Os taxistas reclamando de forma contundente da *Via Calma*, que é uma cópia dos projetos que o Prefeito do PT, o Haddad, implantou em São Paulo. Os ciclistas se queixando que a quantidade de quilômetros de ciclovias feitos não chegam nem perto do que foi prometido no pleito eleitoral. As filas na área de saúde para especialidades médicas, para atendimento especializado, aumentando, algumas especialidades com filas de mais de 25.000 pessoas. Professores municipais revoltados. Guarda Municipal insatisfeita. Projeto do metrô não sai do papel. Aliás, já estamos na quarta gestão de Prefeitos de Curitiba, que muito falam do metrô, mas que não tiram o metrô do papel. Sinceramente, Sr. Presidente, já tenho sérias dúvidas se o metrô é de fato a melhor alternativa. Segundo o ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, que é arquiteto e urbanista, existem alternativas melhores. Precisamos debater Curitiba, precisamos dialogar com Curitiba, precisamos conversar sobre Curitiba e precisamos buscar ideias inovadoras, modernas, sustentáveis, que possam possibilitar o desenvolvimento da nossa cidade com respeito ao meio ambiente, priorizando o bem-estar do ser humano. Na administração pública a prioridade n.º 1 não é a economia; na administração pública de um Município a prioridade n.º 1 deve ser vida digna para os seus cidadãos. Ainda há pouco ouvi uma pessoa que trabalhou na Fundação de Ação Social do Município, revelando que a rede de proteção social que existia na FAS, e que foi muito bem consolidada durante a gestão da nossa ex-Primeira-Dama, ex-Secretária da Família, ex-Secretária Municipal Fani Lerner, está cada dia menor. Num País com tanta pobreza, com tantas desigualdades sociais, com tanta gente sofrendo, não podemos remeter ao poço fundo do abandono as pessoas que não têm condições de ter uma casa, de ter um remédio para tratar uma doença, de ter acesso a um bom médico, de ter uma vida, pelo menos, digna. Nos postos de saúde da Prefeitura diminuem o número de pediatras. Médicos generalistas sendo colocados para atender, inclusive crianças. Os pacientes com transtornos mentais não encontram mais o auxílio psiquiátrico e não têm mais as clínicas conveniadas para poderem buscar sua reinserção na sociedade e lutar contra os males que os afligem. É preocupante, Sr. Presidente. Queremos auxiliar. Queremos ajudar. Não estamos aqui para atirar pedras no Prefeito e muito menos em seus Secretários e assessores, afinal de contas temos ótimo relacionamento com todos e respeitamos muito a memória do ex-Prefeito Maurício Fruet, assim como respeitamos o trabalho feito na condição de Deputado Federal pelo atual Prefeito Gustavo Fruet, mas está chegando o momento em que o Prefeito precisa, já de forma bastante tardia, tomar uma decisão: se quer deixar na história de Curitiba o seu nome marcado como um grande gestor público, ou se quer apenas passar para a história como o Prefeito que não fez novas dívidas para o Município. Austeridade, controle de gastos, é fundamental, mas isto não se faz, Sr. Prefeito, prejudicando o povo da sua cidade; isto se faz diminuindo o número de Secretarias, cortando cargos em comissão, cortando mordomias. É assim que deve funcionar. E isso vale para todos os administradores públicos do Brasil, vale para a Presidente da República, Governador do Estado, Prefeitos Municipais. Sabemos que é necessário ter uma equipe, sabemos que ninguém faz nada sozinho, muito pelo contrário, a união faz a força, e um Prefeito, um Líder do Poder Executivo tem que ter uma boa equipe, uma equipe muitas vezes grande. Mas Prefeitura, Governo, Ministérios, Secretarias, jamais podem ser cabides de emprego para colocar gente que só trabalha na época de eleição, fazendo papel de cabo eleitoral. Não estou afirmando que acontece isto aqui em Curitiba; estou falando em tese que este é um cuidado que se deve ter na administração pública. Vemos, cada vez mais, a sociedade fiscalizando, a imprensa cumprindo seu papel, o Ministério Público investigando, o Poder Judiciário punindo, mas vemos, acima de tudo, com muita satisfação, uma população paranaense, uma população brasileira, uma gente de Curitiba que desperta para o exercício da cidadania, e é exatamente por isso que todos que vivemos ou trabalhamos em Curitiba, Capital de todos os paranaenses, devemos trazer para dentro desta Casa o debate sobre o futuro da cidade. Como

08/12

vai ficar nos próximos anos a segurança pública em Curitiba? (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para concluir, Deputado.

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD):** Como vai ficar o nosso transporte, o transporte coletivo? Como vai ficar a infraestrutura da cidade? As filas da saúde irão diminuir ou não? Principalmente os Deputados que têm boa votação nesta cidade, já têm uma boa pauta, uma boa, extensa e importante pauta para os debates que serão travados no ano que vem aqui na Assembleia Legislativa. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** PSDB, PSB/PPS/PTB; Bloco PP/PMN/SD, Deputado Schiavinato.

**DEPUTADO SCHIAVINATO (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero hoje, nesta tribuna, tratar de um assunto que mexe com grande parte das Prefeituras do Estado do Paraná. É um assunto importante, que trata da implantação das Regiões Metropolitanas. Tivemos nas oito Regiões Metropolitanas as reuniões, com o comando do Deputado Alexandre Guimarães, e em cada uma das sedes dessas Regiões pudemos discutir com os Prefeitos sobre a implantação dessas Regiões Metropolitanas. Está de parabéns o Alexandre, por ter visitado todas as sedes das Regiões Metropolitanas e dado a oportunidade para que os técnicos das Prefeituras, para que a sociedade e para que os Prefeitos pudessem interagir e discutir sobre esse tema de fundamental importância para as administrações públicas municipais. O Alexandre esteve presente, na última sexta-feira, no Município de Toledo, discutindo com os 18 Municípios que integram essa Região Metropolitana, dando a oportunidade para que todos pudessem dirigir a sua palavra, e que a Maria Inês, representando a Sedu, brilhantemente pôde mostrar e colocar o conhecimento de todos o que significa a implantação das Regiões Metropolitanas. Muitas já foram implantadas em um passado recente, dia 12 de janeiro, agora, já vai fazer um ano da implantação das últimas regiões metropolitanas, que envolvem os Municípios de Toledo, Cascavel, Umuarama, Apucarana e Campo Mourão; já se foi um ano da implantação dessas Regiões Metropolitanas e até agora simplesmente foram feitas essas discussões fundamentais, para que os Srs. Prefeitos tivessem autonomia de auxiliar, através da Comissão das Regiões Metropolitanas, sobre a sequência desse Projeto e sobre os avanços que ele possa ter, envolvendo, logicamente, as administrações públicas municipais. O que tem que se entender é que a Lei já foi sancionada pelo Sr. Governador, como disse, no dia 12 de dezembro, 12 de janeiro deste ano, 12 de janeiro já se completa um ano. O Estatuto das Cidades dá um prazo de três anos para a implantação, de fato e de direito, das Regiões Metropolitanas. Os Ministérios Públicos de todas essas regiões estão já questionando assuntos que são comuns a essas Prefeituras e que está sendo cerceada a condição de os Prefeitos fazerem a sua implantação, pela falta do Plano de Desenvolvimento Urbano Integral, envolvendo todas essas Prefeituras. Por exemplo, o Município que quer hoje - pertencente à Região Metropolitana - colocar um sistema de tratamento final do resíduo sólido, ele não pode fazer, porque está inserido em uma Região Metropolitana. Os resíduos sólidos é um assunto comum entre as Prefeituras e que tem que ser discutido pela Região Metropolitana onde esse Município esteja inserido. Paralelo a isso existe uma determinação legal também, dando um prazo, que foi prorrogado para mais um ano, para que se encerre, terminem todos os lixões existentes ainda em alguns nos Municípios do nosso Estado, e que seja discutida a nova implantação dos aterros sanitários. Então, é um assunto comum, que diz respeito às Regiões Metropolitanas, e sendo um assunto comum, tem que ser discutido, através do Plano de Desenvolvimento Integrado. Esse serviço tem que ser contratado, tem que montar os escritórios, para que as Regiões Metropolitanas possam ter o seu gerenciamento e possam tocar as suas condições técnicas, que serão muitas, para poder implantar os Projetos e os programas que dizem respeito às ações das metrópoles. Da mesma maneira, muitos loteamentos serão questionados e têm força de lei de serem questionados pelo Ministério Público. As ações que envolvem as bacias hidrográficas serão questionadas; o que diz respeito ao abastecimento de água também poderá ser questionado; o transporte que é feito entre as cidades pertencentes à Região Metropolitana também é um assunto que tem que ser discutido no comando dos Municípios dessa Região Metropolitana. Enfim, se você analisar ao pé da letra a condição do Estatuto das Cidades, do Estatuto das Metrópoles, muitas ações dos Municípios poderão ser inibidas em função do trabalho que deve ser feito da implantação, de fato e de direito, das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná. Então, esse assunto é tremendamente importante. Senti, no Município de Toledo, o pouco interesse dos administradores públicos. Chamo a atenção, no Município de Toledo tivemos a presença tão somente do Prefeito Beto Lunitti, Prefeito da cidade sede da Região Metropolitana de Toledo. Não tivemos a presença de nenhum dos outros 17 Prefeitos que compõem essa Região Metropolitana. Isso chama a atenção, esse descaso momentâneo que está sendo tomado pelos administradores com referência a esse assunto extremamente sério e que deve ser levado avante o mais rápido possível. Daqui a pouco, acredito que não vá demorar muito, o próprio Ministério Público vai perguntar

aos administradores públicos o que está sendo feito com referência à implantação das Regiões Metropolitanas, e isso diz respeito a vários assuntos, que são assuntos comuns entre essas regiões, entre essas cidades que estão sendo conurbadas, ou essas cidades que estarão sendo discutidas como pertencentes a uma grande metrópole. O Projeto de Lei já foi discutido aqui nesta Casa, a questão já foi sancionada pelo Governador e já existe de fato e de direito. Lá no Município de Toledo o Prefeito Municipal tomou a iniciativa de, na sua fala, dizer que o Município de Toledo vai, sim, implantar a Região Metropolitana, atendendo a esses 18 Municípios. Então, é importante, a partir de uma decisão dessas, que estava sendo discutida a possibilidade do novo reordenamento, não havendo esse novo reordenamento e tendo a decisão de se implantar as Regiões Metropolitanas, como é o caso de Umuarama, como é o caso de Apucarana, Campo Mourão eu não tenho conhecimento, o que deve ser feito agora é um trabalho dos administradores públicos, logo no início do próximo ano, no sentido de chamar a atenção do Estado através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que de fato e de direito essas regiões sejam implantadas, para que o sistema de gerenciamento seja implantado, técnicos sejam contratados, a distribuição da quarta parte do pagamento dos recursos necessários para manter essa Região Metropolitana seja discutida entre os Municípios, para poder se levar avante esse tema que é fundamental, e depois de decidido tem que ser implantado. Uma dificuldade que enfrentamos é o ano eleitoral. Imaginem os senhores, num ano de campanha eleitoral municipal, os Prefeitos tendo que se reunir para discutir assuntos que são comuns num término de mandato. Uma situação muito difícil, uma questão temporal, que possa prejudicar a implantação e o andamento dessa ideia. Não se pode e não se deve esperar mais um ano para depois começar a discussão da implantação dessas Regiões Metropolitanas. Então, venho aqui hoje, como técnico que sou, Prefeito que fui do Município de Toledo, chamar a atenção de todos os governantes, que se reúnam, a partir de janeiro, comecem a discutir a implantação das Regiões Metropolitanas; essa discussão é muito importante e poderá trazer muitos benefícios para as suas regiões, e se não forem implantadas e não forem discutidas, com certeza isso trará muitas dificuldades para os administradores públicos municipais, que estão hoje no comando dos seus Municípios. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não temos mais oradores inscritos no horário das Lideranças. Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura de uma Mensagem que acabou de chegar à Casa.

**SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Bernardo Ribas Carli - PSDB):** "Ofício n.º 1.628/2015 (protocolado sob o nº 7.400/2015) do Ministério Público do Estado do Paraná. "Sr. Presidente, cumprimentando-o, honra-me submeter a apreciação desta augusta Casa de Leis, por intermédio de V.Ex.a, o incluso Anteprojeto de Lei (autuado sob o nº 889/2015), que corrige o termo inicial dos efeitos financeiros da Lei n.º 15.914, de 28 de julho de 2008, e da Lei n.º 16.868, de 12 de julho de 2011, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Paraná." (Ofício encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não temos orador inscrito no horário da Liderança da Oposição. Portanto, peço que zere o painel, vamos registrar as presenças. Próximo orador inscrito, último, Deputado Romanelli, na Liderança do Governo. V.Ex.a vai usar a tribuna? Não. Então, vamos à Ordem do Dia.

**DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM):** Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** "Pela ordem", Deputado Pedro Lupion.

**DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM):** Presidente, ontem levantei uma "questão de ordem" à Mesa Executiva em relação ao art. 222 do Regimento. Consulto V.Ex.a se está apto a respondê-la.

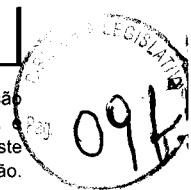
**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Pedro Lupion, realmente V.Ex.a levantou a Questão de Ordem, inclusive formalizou (protocolo nº 7.398/2015, dos Deputados Pedro Lupion e Pastor Edson Pracyk). Analisamos a fundo a sua Questão de Ordem e vamos acatá-la. (Questão de Ordem encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) Portanto, determino ao Presidente da CCJ que encaminhe imediatamente o Regimento Interno para a Comissão Executiva.

**DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM):** Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Encerrado o horário do Expediente, passamos à Ordem do Dia.

#### ORDEM DO DIA:

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e constantes dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica. Para cômputo do



quórum para as votações e em observância aos arts. 59 e 60 da Resolução n.º 1 de 1.º/3/2005, Regimento Interno, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Alexandre Guimarães (PSC), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Artágão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Chico Brasileiro (PSD), Claudia Pereira (PSC), Cobra Repórter (PSC), Cristina Silvestri (PPS), Dr. Batista (PMN), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Evandro Junior (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bührer (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Guto Silva (PSC), Hussein Bakri (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Carlos Martins (PSD), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Márcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pastor Edson Pracyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Pluto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (50 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Claudio Palozzi (PSC), Paranhos (PSC) e Reichembach (PSC) (três Parlamentares); Deputado ausente justificadamente: Nelson Luersen (PDT, conforme Protocolo n.º 7.395/2015, de acordo com o art. 60, § 4º do Regimento Interno, abono de uma ausência mensal (um Parlamentar).]

#### Projetos que necessitam de apoio.

**Projetos de Lei:** (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Protocolo n.º 7.391/2015 (autuado sob o n.º 886/2015)**, do Deputado Tadeu Veneri, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Desenvolvimento da Linha Dr. Silvino Farias, com sede e foro no Município de Ivaí; **Protocolo n.º 7.392/2015 (autuado sob o n.º 887/2015)**, do Deputado Tadeu Veneri, que concede o título de Utilidade Pública à Fundação Vida para Todos - Abai, com sede e foro no Município de Mandirituba; **Protocolo n.º 7.394/2015 (autuado sob o n.º 888/2015)**, da Deputada Claudia Pereira, que institui a Região Turística Terra dos Pinheirais, incluindo a região no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná; **Protocolo n.º 7.415/2015 (autuado sob o n.º 890/2015)**, do Deputado Guto Silva, que institui o Dia das Meninas da Ordem Arco-Íris, no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente em 6 de abril.

#### Passamos aos itens da pauta.

O primeiro item da pauta é redação final; vamos votar simbolicamente.

#### (Iniciou-se a votação simbólica da redação final.)

**ITEM 1** - Redação Final do Projeto de Lei n.º 419/2015, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui o Dia Estadual de Conscientização da Esclerose Tuberosa, a ser realizado anualmente no dia 30 de agosto. Deputados que aprovam, permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovado**.

**(Procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório transcrito.)**

**ITEM 2** - 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 227/2015, de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda, que proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento e Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Substitutivo Geral do Plenário com parecer favorável da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Deputado Marcio, V.Ex.a vai votar? Schiavinato, voto. Missionário Ricardo. Encerrada a votação, Srs. Deputados. **[Votaram "sim"]:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Claudia Pereira, Dr. Batista, Elio Rusch, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados). **Não votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artágão Junior, Chico Brasileiro, Claudio Palozzi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Pluto Miró, Reichembach, Requião Filho e Tião Medeiros (18 Deputados)]. Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 227/2015.

**ITEM 3** - 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 520/2015, de autoria da Deputada Maria Victória, que cria o Selo Estadual Paraná Sem Dengue.

Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Emenda da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente com parecer favorável da CCJ. Vamos votar neste turno o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão. Em votação. Deputada Maria Victória, seu voto. Encerrada a votação, Srs. Deputados. **[Votaram "sim"]:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Junior, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados). **Não votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artágão Junior, Claudio Palozzi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Pluto Miró e Reichembach (12 Deputados)]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei n.º 520/2015. Agora vamos submeter ao voto a Emenda da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Em discussão. Em votação. Você não vai votar, Marcio? Encerrada a votação. **[Votaram "sim"]:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Dr. Batista, Elio Rusch, Felipe Francischini, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados). **Não votaram:** Ademar Traiano, Artágão Junior, Claudio Palozzi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Pluto Miró, Reichembach e Requião Filho (15 Deputados)]. Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovada** a Emenda.

**ITEM 4** - 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 811/2015, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público - Ofício n.º 1.475/2015, que transforma um cargo de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Superior, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Em discussão. Em votação. Temos alguns Parlamentares que ainda não votaram. Por favor, Deputado Márcio, o seu voto. Pedro. Ok. Guto? Márcio, não aparece seu voto, ainda, Márcio Pacheco. Encerrada a votação, Srs. Deputados. **[Votaram "sim"]:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Junior, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Pluto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados). **Não votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Guimarães, Artágão Junior, Claudio Palozzi, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Reichembach e Requião Filho (12 Deputados)]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei n.º 811/2015.

**ITEM 5** - 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 815/2015, de autoria do Deputado Felipe Francischini, que insere no calendário oficial de eventos do Paraná o Dia do Perito Oficial. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim"]:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Bernardo Ribas Carli, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Junior, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Pluto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados). **Não votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artágão Junior, Cantora Mara Lima, Claudio Palozzi, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Reichembach e Requião Filho (15 Deputados)]. Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei n.º 815/2015.

**ITEM 6** - 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 824/2015, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público - Ofício n.º 1.507/2015,

que institui auxílio de caráter resarcitório para fazer frente a despesas com creche ou pré-escola, aos servidores ativos do Ministério Público do Estado do Paraná com filhos com idade até seis anos, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Em discussão. Em votação. Deputado Romanelli, não está constando seu voto. Alexandre Curi, seu voto. Deputado Mauro. Ok. Está encerrada a votação, Srs. Deputados. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Junior, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mário Nunes, Márcio Pacheco, Márcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados). Não votaram: Ademar Traiano, Artágão Junior, Claudio Palozzi, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Hussein Bakri, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Reichembach e Requião Filho (12 Deputados)]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei nº 824/2015.

**ITEM 7** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 204/2015, de autoria dos Deputados Tercílio Turini e Péricles de Mello, que altera os arts. 1.<sup>º</sup>, 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup> da Lei nº 11.097, de 25/5/1995, alterada pela Lei nº 15.165, de 14/6/2006, que proíbe a fabricação, transporte e comercialização de brinquedos assemelhados às armas de fogo. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Parecer contrário da Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Estou encerrando a votação, Srs. Deputados. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mário Nunes, Márcio Pacheco, Márcio Pauliki, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados). Votaram "não": Hussein Bakri e Missionário Ricardo Arruda (dois Deputados). Não votaram: Ademar Traiano, Andre Bueno, Artágão Junior, Bernardo Ribas Carli, Claudio Palozzi, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Nelson Luersen, Paranhos, Plauto Miró e Reichembach (14 Deputados). Abstenções: Cantora Mara Lima e Maria Victória (dois)]. Com 36 votos favoráveis, dois votos contrários e duas abstenções está aprovado o Projeto de Lei nº 204/2015.

Agora, Srs. Deputados, vamos para o Item 8.

Há um Requerimento sobre a mesa (protocolado sob o nº 7.396/2015, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, e Tadeu Veneri, Líder da Oposição, que solicita votação em bloco das Proposições nºs 398, 459, 571, 620, 642, 646, 680, 780, 783, 789 e 798/2015, em 1.<sup>a</sup> Discussão na presente Ordem do Dia, pela similitude da matéria, Itens 8 a 14 e 16 a 19. Deputados que aprovam o Requerimento, permaneçam como estão; os contrários que se manifestem. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

(Conforme Requerimento nº 7.396/2015, aprovado nesta Sessão, ocorreu a votação em bloco dos Itens 8 a 14 e 16 a 19.)

**ITEM 8** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 398/2015, de autoria da Deputada Maria Victória, que concede o título de Utilidade Pública à Associação dos Artesãos de Barbosa Ferraz, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 9** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 459/2015, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o título de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Sementes, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo Geral da CCJ.

**ITEM 10** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 571/2015, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Utilidade Pública à Associação dos Produtores Rurais do Município de Rancho Alegre, com sede no Município de Rancho Alegre e Foro no Município de Urai. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 11** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 620/2015, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o título de Utilidade Pública à Associação dos Produtores Rurais de Santa Terezinha, com sede e foro no Município de Ivaiporã. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo Geral da CCJ.

**ITEM 12** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 642/2015, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título Utilidade Pública

Estadual a augusta e respeitável Loja Simbólica Caminho de Luz nº 148, com sede e foro no Município de Pinhais. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo Geral da CCJ.

**ITEM 13** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 646/2015, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o título de Utilidade Pública à Associação para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 14** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 680/2015, de autoria do Deputado Nelson Luersen, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Mestres do Centro Municipal de Educação Infantil Madre Paulina, com sede e foro no Município de Pato Branco. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 15** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 780/2015, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tunas do Paraná, com sede no Município de Tunas do Paraná e foro no Município de Bocaiúva do Sul. Parecer favorável da CCJ.

**ITEM 16** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 783/2015, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que concede o título de Utilidade Pública à Associação dos Produtores de Leite de Barbosa Ferraz, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Parecer favorável da CCJ. Regime de urgência.

**ITEM 17** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 789/2015, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Ortigueirense de Produtores de Mel, com sede e foro no Município de Ortigueira. Parecer favorável da CCJ. Regime de urgência.

**ITEM 18** - 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 789/2015, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Paiol da Telha, com sede e foro no Município de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ. Regime de urgência.

Então, Srs. Deputados, vamos submeter ao voto em bloco as Proposições nºs 398, 459, 571, 620, 642, 646, 680, 780, 783, 789 e 798/2015, em 1.<sup>a</sup> Discussão, Itens 8 a 14 e 16 a 19. Em discussão. Em votação.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Pedimos o voto "sim" para a votação do Requerimento.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: V.Ex.a está atrasado, Deputado Romanelli. O Requerimento já foi.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB)**: Inês é morta, Sr. Presidente.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Data vénia, Ex.a. Do fruto do Requerimento, que é a junção de todos os itens a serem votados. O Requerimento, Ex.a, foi votado para poder votar todos os Projetos em bloco. Obviamente...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: A sua explicação não convence. Já estamos votando os Projetos. V.Ex.a...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT)**: Não perde a pose!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Não perde a pose. Srs. Deputados, encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Elio Rusch, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mário Nunes, Márcio Pacheco, Márcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nereu Moura, Pastor Edson Pracyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados). Não votaram: Ademar Traiano, Artágão Junior, Chico Brasileiro, Claudio Palozzi, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos e Reichembach (13 Deputados)]. Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário estão aprovados todos os Projetos constantes dos Itens 8 ao 14 e do 16 ao 19.

**DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI (SD)**: Sr. Presidente, "pela ordem".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: "Pela ordem", Deputado Francischini.

**DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI (SD)**: Apenas registrar meu voto "sim". É que é a terceira vez que voto, aparece, depois some o voto do painel.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Está registrado



o seu voto. V.Ex.a fique tranquilo. V.Ex.a tem que registrar a presença, Deputado Francischini.

**ITEM 15 - 1.º** Discussão do Projeto de Lei n.º 710/2015, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de *Capital da Indústria Moveleira* ao Município de Arapongas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão. Em votação. Votação encerrada. Temos alguns Deputados que não votaram ainda, por favor. Encerrada a votação, Srs. Deputados. **[Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Elio Rusch, Evandro Junior, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Maria Victória, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Pastor Edson Pracyzki, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados). Não votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Chico Brasileiro, Claudio Palozi, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Reichenbach e Requião Filho (16 Deputados)].** Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei n.º 710/2015.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

#### REQUERIMENTOS

**Requerimento n.º 7.249/2015**, do Deputado Tercílio Turini, com discussão adiada do dia 30/11/2015, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, e ao Presidente da Agência Reguladora do Paraná - Agepar, conforme específica.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Para encaminhar?

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Para Encaminhar, Ex.a.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Para encaminhar, Deputado Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Sr. Presidente, peço a atenção das Sras. e Srs. Parlamentares, porque aqui estão todos os documentos solicitados pelo Deputado Tercílio Turini em relação à concessão de um lote de rodovias, que é aquele que tem a Econorte, a concessionária Econorte como a concessionária, tanto a resposta da Agepar quanto a resposta do DER, e passo às mãos do nobre Deputado os cronogramas, enfim, tudo. O Deputado obviamente vai analisar os documentos. V.Ex.a terá um longo final de semana pela frente com a leitura desses documentos, Deputado Tercílio.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Deputado Turini, dá-se por satisfeito?

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS)**: Sr. Presidente, já havíamos conversado com o Deputado Romanelli, vamos analisar a documentação, e depois, se não estivermos satisfeitos, faremos outro Requerimento, mas dou-me por satisfeito neste momento. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: **Requerimento retirado pelo autor.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

**Requerimento n.º 7.328/2015**, do Deputado Rasca Rodrigues, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Fazenda, conforme específica.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Sr. Presidente, conversei com o autor do Requerimento e demonstreia ele que há uma impossibilidade técnica, na medida que só é possível aferir determinado produto com base no NCM desse produto, porque ele está tratando genericamente de agrotóxicos. Entendi qual é a dinâmica dele em relação à preparação desta informação, para apresentar um Projeto de Lei na Casa que, aliás, quero dizer que no mérito concordo com o Projeto de Lei, só não sei se é constitucional, mas no mérito concordo com o Projeto de Lei do Deputado Rasca Rodrigues. Gostaria só que o autor pudesse dar um prazo maior para que possamos identificar os NCMS e daí, obviamente, conseguir ter as informações, porque se mandarmos este Requerimento da forma como ele está, há uma impossibilidade técnica de ser respondido pela Sefaz.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: O Requerimento é do Deputado Rasca. V.Ex.a prefere retirar e, na sequência... **Requerimento retirado pelo autor.** (**Requerimento encaminhado à**

**Diretoria Legislativa para providências.)**

**Requerimento n.º 7.319/2015**, do Deputado Nereu Moura, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário Chefe da Casa Militar e ao Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, Coronel QOPM Adilson Castilho Casitas, acerca do funcionamento do sistema estadual de monitoramento, alerta e alarmes de desastres do Paraná.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Para encaminhar.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Gostaria de passar às mãos do Deputado Nereu Moura, que é o autor do Requerimento, o Ofício que foi enviado pela Defesa Civil, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, com o detalhamento de todas as solicitações feitas pelo Deputado Nereu Moura, e um Relatório Quadrienal 2011-2014 sobre o tema. Encaminho aqui, não vejo o Deputado em Plenário, mas os documentos estão aqui.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Bem, o Deputado não está presente. Consulto a Liderança da Oposição se há alguma objeção. O Líder do PMDB recebe e o **Requerimento é retirado pelos Deputados do PMDB.** Ok. (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

**Requerimento n.º 7.399/2015**, do Deputado Ademir Bier, solicitando informações ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, sobre as obras em execução e a serem executadas pelas empresas concessionárias de pedágio no Estado do Paraná na vigência da concessão delegada.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**: Sr. Presidente, eu, *data vénia* o meu prezado Deputado Ademir Bier, Sr. Presidente, os dados que ele solicita estão todos na *internet*. E digo mais ainda, Ex.a, esta Casa fez uma CPI em 2014 onde analisou todas essas informações, que são os contratos, aditivos, as obras que vão ser realizadas. Data vénia, Sr. Presidente, penso que é só um assessor de gabinete do Deputado acessar a *internet* no site do DER, da Agepar, estão todos esses documentos que foram solicitados, nenhum deles deixa de constar da *internet*. E além disso, Sr. Presidente, a CPI do Pedágio feita o ano passado, presidida pelo Deputado Nelson Luersen, tem todos esses documentos na Casa, Ex.a. Data vénia, que tenho o maior respeito pelo Deputado Ademir Bier, penso que esse documento, esse pedido de informação, é contraproducente do ponto de vista da economicidade, na medida em que essas informações estão na *internet* e, ao mesmo tempo, encontram-se na própria Assembleia Legislativa do Paraná. O pedido dele é genérico, não é específico, como foi o do Deputado Tercílio Turini, que pontualmente tratou de temas extremamente objetivos. Claro, o Deputado Tercílio pediu uma parte que está na *internet* também, mas tem outra parte que é pontual, que envolve planejamento. Agora, confesso que não sei o que... Encaminho neste sentido, Sr. Presidente, não há nada a esconder aqui, ao contrário. Só que é tudo público o que está sendo requerido aqui.

**DEPUTADO ADEMIR BIER (PMDB)**: Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB)**: Para encaminhar, Deputado Ademir Bier.

**DEPUTADO ADEMIR BIER (PMDB)**: Sr. Presidente, esse pedido de informação é simples, e encontramos dificuldade por parte do Líder do Governo de nos informar aquilo que a população quer saber. Se tiver acesso na *internet* não precisa nem ter Sessão. O que quero saber, na verdade, porque amanhecemos hoje com aumento do pedágio no Paraná, essa vergonha que é feita contra a economia do Estado. E estamos... Vamos passar no pedágio hoje, já começamos a pagar, e fica por isso mesmo, e não nos querem dar o direito da Casa de saber o porquê aumenta o pedágio. O que é o meu pedido de informação? Estamos chegando no ano de 2021, quando encerra a concessão, e tem uma série de obras que não sabemos quais são, que faltam, que as concessionárias têm compromisso com o Estado do Paraná em fazer os seus investimentos. E não assistimos em lugar nenhum, sequer uma obra que é feita, que está dentro da concessão e do compromisso assumido pelas concessionárias. O que assistimos, na verdade, é o aumento do pedágio em cima de obras que não constam da obrigação da concessionária. Então, não é possível que não possamos saber quais as obras que até o ano de 2021 faltam as concessionárias fazer no Paraná, para cobrarmos. Porque, segundo informações que temos, estão substituindo obras que constam da obrigação, por outras obras sem ninguém saber. E vemos, por onde andamos, as placas "Mais uma obra do Governo", quando essa obra entra na tarifa, onde o contribuinte vai passar no pedágio aumentou o pedágio e ninguém sabe por quê. Vejo aqui, por exemplo, o Oeste tem a quinta tarifa do pedágio mais cara do Paraná, está no jornal Paraná Oeste. Em São Miguel do Iguaçu está concentrado. Então, para vocês terem uma ideia, para ir de São Miguel do Iguaçu a Foz do Iguaçu R\$ 14,10, e na

justificativa do aumento do pedágio é que as obras estão sendo feitas. Essa concessionária, quando assumiu essa BR, essa obra foi feita pelo Governo Federal, de Foz do Iguaçu até São Miguel, aliás, até Medianeira. Então, essa concessionária não fez obra nenhuma, está fazendo agora de Medianeira até Matelândia e que deu o custo na tarifa agora. Então, se não pudermos ser informados ao menos para fiscalizarmos se aquelas obras vão, efetivamente, ser construídas até o ano de 2021, porque já estão falando em prorrogação do pedágio. Estamos sofrendo 20 anos e vamos sofrer mais 20 anos! Então, ficamos imaginando o porquê esta Casa não quer prestar essa informação. Fazemos CPI nesta Casa e não conseguimos ter acesso a dado nenhum. Lamentavelmente, isso ocorre. Agora, uma simples informação dessa não vai passar na Casa porque tem na *internet*. Mas é brincadeira! Desculpa, Romanelli, você é nosso companheiro, nosso amigo, mas não é possível você mandar eu acessar a *internet* para saber qual é a obrigação que a concessionária tem com o povo do Paraná.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Presidente, "pela ordem".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** "Pela ordem", Deputado Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Permita-me "pela ordem". Quero retirar a obstrução. O Estado vai gastar dinheiro em xerox à toa, porque o Deputado podia acessar a *internet*. Mas, quero encaminhar pela aprovação do Requerimento. Não tem nada para esconder, está tudo na *internet*. Aliás, Sr. Presidente, V.Ex.a tem o dever, permita-me, como Presidente, solicitar que o Presidente da CPI do Pedágio, que ficou um ano discutindo este tema, chamando as concessionárias, discutindo com o DER, investigando, não tenha prestado contas, porque o Deputado Ademir Bier vem à tribuna sem saber nada do que aconteceu na CPI do Pedágio. Desculpe, mas a Assembleia tem que rever. Da minha parte, quero dizer o seguinte, Ex.a: encaminho favoravelmente à aprovação do Requerimento. Dane-se o dinheiro público, vamos gastar xerox.

**DEPUTADO ADEMIR BIER (PMDB):** O que lamento é levar *pito* do Deputado Romanelli. Desculpe, Romanelli, mas aqui não, aqui não, meu amigo, porque não tenho compromisso com pedágio, com coisa nenhuma. Eu quero dizer para vocês é se não é possível, então vamos fazer uma simples informação. Vamos saber quantos carros passam lá todo dia, quanto passa e quanto isso corresponde...

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** É só votar o nosso Projeto...

**DEPUTADO ADEMIR BIER (PMDB):** Foi vetado aqui.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Não foi, não.

**DEPUTADO ADEMIR BIER (PMDB):** Foi, sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não cabe aparte, Deputado Romanelli, manter a palavra para o orador que está na tribuna.

**DEPUTADO ADEMIR BIER (PMDB):** Só para encerrar, o Romanelli parece que manda naquele microfone, não respeita horário, não respeita nada, mas não tem problema. O importante não é isso, Romanelli, estamos fazendo a nossa parte. Quero e agradeço você autorizar a Bancada em fornecer essa informação, porque vou fiscalizar, em minha região vou fiscalizar até o último dia da concessão desse pedágio. Então, seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT):** Peço a palavra.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, "pela ordem". Só para ficar mais fácil ao Deputado Romanelli, encaminha para o Governo mandar por pen-drive que sai baratinho, baratinho e não precisa gastar os milhares em xerox, que ele está preocupado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** "Pela ordem", Deputado Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** agradeço a sugestão do Deputado Tadeu Veneri e quero que ele assuma o compromisso comigo, de apresentarmos na discussão do Regimento, que os pedidos de informações possam vir por informação eletrônica, via um pen-drive. Acho que isso resolve o problema. Porque o Regimento, hoje, manda vir físico. Infelizmente é físico. Como V.Ex.a, Deputado Traiano, fez com o Deputado Rossoni uma vez aqui, sobre aquela questão das diárias, Central de Viagem, nos fizeram entregar duas Kombis inteiras de xerox que alguém, obviamente, vendeu por papel velho que, certamente, ninguém leu aquela papelada que foi entregue.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** "Pela ordem", o Deputado Péricles.

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT):** Vou fazer o papel de pacificador. Conversava com o Deputado Romanelli, e na verdade, a CPI tem

inúmeras informações nesta Casa. Agora, a CPI terminou ano passado, e temos informações que o Governo assinou o aditivo do pedágio este ano. Quando o Deputado Ademir Bier pede um Requerimento desses, ele está interessado não só nos dados que existem aqui, mas, em novidades que aconteceram este ano. conversei com o Romanelli, mas ele aprovou também, retirou a obstrução. Somos favoráveis ao Requerimento. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Em votação o Requerimento do Deputado Ademir Bier. Deputados favoráveis, permaneçam como estão. Os contrários sentem. Aprovado. Com o voto contrário do Deputado Professor Lemos, sentado.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Está aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Com voto favorável do Professor Lemos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com o voto do Professor Lemos, também.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT):** "Pela ordem".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** "Pela ordem", Deputado Scanavaca.

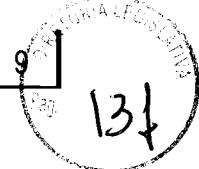
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT):** Só para dar uma informação ao Deputado Ademir: esse trecho de rodovia que o Deputado Ademir citou, Foz/Cascavel, no Governo Requião para baixar o pedágio em 30%, tirou todas as obras. No Governo Requião. Depois, a concessionária foi para a Justiça e a Justiça fez com que tivesse 17% de aumento do pedágio. Com isso, a concessionária, por 13% de decréscimo na tarifa, ficou sem nenhuma obra nesse trecho. Foi isso que aconteceu nesse trecho de rodovia, Sr. Presidente. Agora, para fazer as obras o Governo do Estado teve que negociar com as concessionárias esses degraus. Por que isso? Ontem mesmo tive a oportunidade de questionar o Presidente da Agepar o porquê desse aumento. E foi a informação do Presidente Cesar Silvestri em relação a esse questionamento que o Deputado Ademir Bier faz, nesta tarde.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado, acho que não cabe mais o encaminhamento. Essa briga é interna, de Bancada. Acho que eles vão se entender, na sequência. Está aprovado o Requerimento. **DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, está explicado pelo Deputado Scanavaca, que entende tanto de pedágio para falar como ele falou!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Nada mais havendo a... Temos mais um Requerimento, Deputados.

**Requerimento n.º 7.393/2015,** do Deputado Alexandre Curi, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 877/2015. Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento n.º 7.397/2015,** do Deputado Nereu Moura, solicitando envio de expediente ao Deputado Federal João Arruda, Coordenador da Bancada Paranaense no Congresso Nacional, manifestando o apoio e a solidariedade do Poder Legislativo do Paraná em defesa da Proposta de Emenda à Constituição - PEC n.º 454/2009, em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria a carreira única de médico de Estado no âmbito federal; **Requerimento n.º 7.389/2015,** do Deputado Gilson de Souza, para o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos irmãos e à Pastora Rosemarie Muller Budal, da Igreja do Evangelho Quadrangular do Bairro São João, no Município de Iraty, pela inauguração do templo em 19/12/2015; **Requerimento n.º 7.410/2015,** dos Deputados Cantora Mara Lima, Claudia Pereira, Jonas Guimarães, Missionário Ricardo Arruda, Gilson de Souza e Pedro Lupion, para o envio de votos de congratulações ao Trio Univox, pela participação no Culto de Ação de Graças de encerramento dos trabalhos do ano de 2015 do Poder Legislativo; **Requerimento n.º 7.411/2015,** dos Deputados Cantora Mara Lima, Claudia Pereira, Jonas Guimarães, Missionário Ricardo Arruda, Gilson de Souza e Pedro Lupion, para o envio de votos de congratulações ao Pastor Perci Fontoura, pela participação no Culto de Ação de Graças de encerramento dos trabalhos do ano de 2015 do Poder Legislativo; **Requerimento n.º 7.412 a 7.414/2015,** do Deputado Tião Medeiros, para o envio de votos de congratulações pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Rondon, em 3 de dezembro; Querência do Norte, em 5 de dezembro; e Terra Rica, em 4 de dezembro; **Requerimento n.º 7.390/2015,** do Deputado Nereu Moura, para o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do escritor e poeta Sr. Amani Spachinski de Oliveira, ocorrido no dia 25/11/2015, no Município de Campo Mourão;



**Requerimentos n.ºs 7.401/2015 a 7.409/2015**, do Deputado Bernardo Ribas Carli, para o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Jair Agner de Lima; do Sr. Diego Correa dos Santos; do Sr. José Carlos de França; do Sr. Laerton Antonio Ferreira Ribas; da Sra. Maria Ester de Souza Brand; do Sr. Vanderlei Figleski; do Sr. João Fiúza Kinape; do Sr. Valdomiro Ramalho Correa; e do Sr. Gilmar Rodrigues; **Requerimento n.º 7.417/2015**, do Deputado Elio Rusch, solicitando que sejam externadas as condolências da Assembleia Legislativa à família pelo falecimento do Sr. Osni Pacheco, ocorrido no dia 29/11/2015, no Município de Curitiba.

**Requerimentos com despacho do Presidente:**

**Justificativas de ausência:**

**Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "d" do Regimento Interno** (Deputado que por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 7.416/2015**, do Deputado Andre Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11/11/2015.

**Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento n.º 7.395/2015**, do Deputado Nelson Luersen, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2/12/2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 7 de dezembro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 217/2015, 840/2015 e 848/2015; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 520/2015; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 204/2015, 398/2015, 459/2015, 571/2015, 620/2015, 642/2015, 646/2015, 680/2015, 710/2015, 780/2015, 783/2015, 789/2015, 798/2015 e 847/2015; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 24/2015 e do Projeto de Lei n.º 357/2015.

**"LEVANTA-SE A SESSÃO".** (Sessão encerrada às 15h43, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução n.º 1 de 1.º/3/2005, Regimento Interno.)

109553/2015

## Processo Legislativo

### Comissões Permanentes

**COMISSÃO DE ASSUNTOS**

**METROPOLITANOS**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª**

**LEGISLATURA**

**ATA DA 2ª REUNIÃO**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de reuniões do Plenário, sob a Presidência do Deputado Estadual Alexandre Guimarães e presentes os respeitáveis Excelentíssimos Deputados que compõe a comissão: Deputados Paranhos, Deputado Professor Lemos, Deputado Tiago Amaral, Deputado Fernando Scanavaca, Deputado, foi discutida a necessidade de realização de audiências públicas no Estado todo, contemplando as regiões metropolitanas para levar a discussão a aplicação do estatuto das metrópoles. Aprovada a realização das audiências por todos os presentes. Ficou determinado que todos os deputados que tiverem interesse estarão presentes nas audiências da região de seu interesse. A primeira audiência acontecerá em Curitiba, no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, na data de vinte de outubro de dois mil e quinze.

Sala de reuniões do plenário, 26 de agosto de 2015.

Deputado Alexandre Guimarães

PRESIDENTE

Deputado Fernando Scanavaca

Membro

Deputado Nereu Moura

Membro

Deputado Tiago Amaral

Membro

Deputado Francisco Buher

Vice- Presidente

Deputado Paranhos

Membro

Deputado Prof. Lemos

Membro

Rafael Langer

Comissão

**COMISSÃO DE ASSUNTOS**

**METROPOLITANOS**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª**

**LEGISLATURA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - MARINGÁ**

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Câmara Municipal de Maringá, sob a Presidência do Deputado Estadual Alexandre Guimarães e presente o respeitável Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Sr. Francisco Gomes dos Santos, e o Vice-Prefeito da Cidade de Maringá, Claudio Ferdinand, além de outros Vereadores e Presidentes das Câmaras Municipais de Cidades da região metropolitana, foi aberto o Fórum Metropolitano para discutir o estatuto das Metrópoles. Passada a palavra para o Deputado Alexandre Guimarães, saudando a todos os presentes esclareceu o objetivo do Fórum, o qual tem por finalidade esclarecer a todos os presentes a aplicabilidade da lei 13.089/2015. Fez um breve apanhado histórico acerca das aglomerações urbanas no país, remetendo a necessidade dos municípios que compõe a região metropolitana de Curitiba elaborarem um plano de desenvolvimento integrado urbano para planejar as funções públicas de interesse comum. Além disso, ressaltou o financiamento solicitado ao Banco Mundial para financiar os planos de desenvolvimento integrado. Encerrada sua fala, foi passada a palavra ao representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Álvaro Cabrini, o qual apresentou slides acerca do tema, explicando tecnicamente todas as etapas a serem cumpridas pelos Municípios, desde a identificação das funções públicas de interesse comum até a administração conjunta dessas funções com o Estado. Sendo assim, foi apresentado um slide com uma proposta inicial da autarquia a ser aprovada, com toda a estrutura técnica a ser desenvolvida pelo Estado e pela região metropolitana de Maringá. Passada a palavra para o Sr. Alberto Vellozo Machado, procurador do Ministério Público, o mesmo explanou acerca da posição do Ministério Público frente a essa problemática, inserindo observações contundentes sobre os bolsões de pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil por falta de planejamento. Explanou ainda sobre os prazos a serem cumpridos por todos os prefeitos, sendo o ano de 2017 e que ações de improbidade administrativa poderão ser ingressadas caso os prazos não sejam cumpridos. O Deputado Alexandre Guimarães passou a palavra ao Vice Prefeito de Maringá, Claudio Ferdinand, o qual destacou que Maringá é melhor cidade do Brasil em termos de planejamento, sendo que está em andamento um novo projeto para estruturar a Cidade para os próximos cinquenta anos. O Deputado Alexandre Guimarães abriu a palavra ao público para perguntas. A Professora da Universidade Estadual de Maringá, Ana Lucia Rodrigues, fez suas considerações acerca da necessidade de haver um planejamento para as cidades de região Metropolitanas e não apenas para Maringá, outros presentes fizeram suas considerações, as quais foram devidamente respondidas pelos técnicos presentes. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos deputados membros da comissão.

Curitiba, 13 de novembro de 2015.

Deputado Alexandre Guimarães

Deputado Francisco Buher

PRESIDENTE

Vice- Presidente

Deputado Fernando Scanavaca

Deputado Paranhos

Membro

Membro

Deputado Nereu Moura

Deputado Prof. Lemos

Membro

Membro

Deputado Tiago Amaral

Rafael Langer

Membro

Comissão

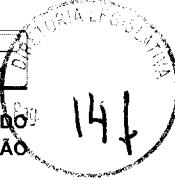
109555/2015

**Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda**

ATA nº 12 - 1ª Sessão Legislativa da 18ª. LEGISLATURA, REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 de Novembro de 2015.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e quinze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, na Sala de Reuniões do Plenário, sob a presidência do Senhor Deputado Marcio Pauliki, mas as presenças dos deputados membros: Deputado Felipe Francischini, Deputado Paulo Litro, Deputado Artagão Junior, Deputado Guto Silva, Deputado Elio Rusch e Deputado Tiago Amaral. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos e solicitou a secretaria da Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Felipe Francischini solicitou a dispensa da leitura. O Presidente consultou aos membros se concordam. Após a

109554/2015



aquiescência, foi a mesma devidamente aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) **Projeto de Lei nº 409/2015** de autoria da DEPUTADA CLAUDIA PEREIRA, que "INSITUTI O SELO ESTADUAL "SEM GLÚTEN" PARA PRODUTOS FABRICADOS QUE NÃO CONTENHAM GLÚTEN EM SUA COMPOSIÇÃO.; relator Deputado FELIPE FRANCISCHINI, que apresentou **PARECER FAVORÁVEL**, colocado em discussão o Deputado Guto Silva se manifestou contrario a tramitação do projeto por entender que a execução e fiscalização são inviáveis, o Deputado Tiago Amaral também se manifestou contrario, por entender que a fiscalização é impossível, e geraria um aumento no gasto da produção, colocado em votação foi **APROVADO COM DOIS VOTOS CONTRARIOS** dos Deputados Guto Silva e Tiago Amaral; a Deputada Cláudia Pereira chegou à reunião após a discussão e votação do projeto de lei 409/2015 de sua autoria, e prestou esclarecimentos sobre o mesmo, como já havia sido apreciado foi mantida a votação anterior; 02) **Projeto de Lei nº 166/2015** de autoria Deputado Missionário Ricardo Arruda, súmula "DISPÔE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE INFORME PUBLICITÁRIO PARA ADVERTÊNCIA CONTRA A PEDOFILIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ANTES DAS SESSÕES NOS CINEMAS DO ESTADO."; relator Deputado FELIPE FRANCISCHINI, apresentou **PARECER FAVORÁVEL**, que foi **APROVADO** com três votos **FAVORÁVEIS**, dois votos **CONTRÁRIOS** dos deputados Guto Silva e do deputado Tiago Amaral e uma **ABSTENÇÃO** do deputado Artagão Junior. 03) **Projeto de Lei nº 324/2015**, de autoria do DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, súmula "DISPÔE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE TRABALHO PARA MULHERES VÍTMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO PODER PÚBLICO ESTADUAL"; relator Deputado PAULO LITRO, parecer **FAVORÁVEL**, **REJEITADO**, designado novo relator. 04) **Projeto de Lei nº 452/2015**, de autoria do DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO, súmula "INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE RESERVA MÍNIMA DE 5% DE VAGAS DE TRABALHO PARA MULHERES NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM OBRAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."; relator Deputado TIAGO AMARAL. Parecer **CONTRÁRIO – APROVADO**, 05) **Projeto de Lei 488/2015**, de autoria dos DEPUTADOS GILBERTO RIBEIRO e DEPUTADO RASCA RODRIGUES, súmula "DISPÔE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE CISTERNAS EM TODOS OS ESTABELECIMENTOS QUE ESPECIFICA"; relator Deputado ARTAGÃO JUNIOR, solicitou **adiamento**; 06) **Projeto de Lei nº 469/2015** de autoria do DEPUTADO BERNARDO CARLI, súmula "DISPÔE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS FORNECEDORES DE PRODUTOS OU SERVIÇOS INFORMAREM HISTÓRICO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS OU SERVIÇOS EM PROMOÇÃO."; relator Deputado GUTO SILVA, apresentou **PARECER CONTRÁRIO**, o Deputado Artagão Junior pediu **VISTAS** do projeto em tela; passada a presidência para o Deputado Guto Silva, passou-se ao ultimo item da pauta, item 07) **Projeto de Lei nº 710/2015** de autoria do DEPUTADO COBRA REPÓRTER, súmula "CONCESSÃO DO TÍTULO DE CAPITAL DA INDÚSTRIA MOVELEIRA AO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS."; relator Deputado MARCIO PAULIKI, apresentou parecer **FAVORÁVEL**, e foi **APROVADO** por unanimidade. O Deputado Artagão levantou uma questão sobre a continuidade dos projetos de lei com parecer contrario nas comissões e a necessidade de que seja revisto no regimento interno esta questão, opinião apoiada pelos Deputados a exceção do Deputado Tiago Amaral, que defendeu que a decisão do plenário deve ser soberana. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Marcio Pauliki encerrou os trabalhos e, para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e, por mim, Ana Paula Bordini Orasmo Lobo, Secretária desta Comissão.

Marcio Pauliki

Ana Paula B. Orasmo Lobo

Presidente da Comissão

Secretária

Republicada por incorreção

## ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO MERCOSUL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às 17h00min, no gabinete da liderança do governo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou-se a Quarta Reunião Ordinária da Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Oitava Legislatura, sob a Presidência da Senhora Deputada Maria Victória, com o objetivo de debater como itens de pauta: (i) Os encaminhamentos do Seminário e Audiência Pública sobre o Fracking – Fraturamento Hidráulico para Exploração do Gás de Xisto – e as suas consequências sociais, ambientais e econômicas para a região do Aquífero Guarany. Presentes os membros da mencionada Comissão, os Senhores Deputados: Maria Victória, Bernardo Carli, Evandro Araújo, e Chico Brasileiro. Havendo quórum, a Senhora Deputada, presidente da Comissão, deu início aos trabalhos saudando a todos os presentes. Informou que, foi realizado Seminário e Audiência Pública sobre o Fracking – Fraturamento Hidráulico para Exploração do Gás de Xisto – e as suas consequências sociais, ambientais e econômicas para a região do Aquífero Guarany, nos dias 17 e 18 de novembro de 2015 no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em ação conjunta com a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Estadual Rasca Rodrigues, e com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, presidida pelo Deputado Estadual Pedro Lupion. Informou os posicionamentos dos participantes do seminário e audiência pública, quais sejam: José Luiz Scrocucco – Representante da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, expôs que a Secretaria é favorável a ampliação do debate sobre o tema, defendendo a moratória para este fim. Luciano Valério Bello Machado - Representante da SANEPAR, expôs que a Companhia de Saneamento do Paraná é favorável a ampliação do debate sobre o tema, defendendo a moratória para este fim. Juliano Bueno de Araújo – Movimento Não Fracking Brasil (COESUS), expôs diversos motivos para proibição da exploração do gás de xisto pelo método do fracking, reforçando posição de proibição no Paraná. Ivo Pugnaloni – Representante da ABRAPCH, expôs diversos motivos para proibição da exploração do gás de xisto pelo método do fracking, reforçando posição de proibição do fraturamento hidráulico no Paraná. Julio Honada – Representante da ONG IBASE, expôs aspectos sociais e econômicos da exploração do gás de xisto pelo método do fracking. Se posicionou contrário a exploração de gás de xisto pelo método do faturamento hidráulico. Saint Claire Honorato dos Santos – Representante do Ministério Público do Estado do Paraná, expôs a visão do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção do Meio Ambiente e se posicionou contrário a exploração do gás de xisto pelo método de fracking. Everton Luiz da Costa – Representante do Instituto das Águas do Paraná, expôs que o Instituto é favorável a ampliação do debate sobre o tema, defendendo a moratória para este fim. Silvio Krinski - Representante da OCEPAR, expôs que a organização é favorável a ampliação do debate sobre o tema, defendendo a moratória para este fim. João Carlos Zandoná – Representante do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, expôs diversos motivos para proibição da exploração do gás de xisto pelo método do fracking, reforçando posição de proibição no Paraná. Nilson Camargo – Representante da FAEP, expôs que a Federação é favorável a ampliação do debate sobre o tema, defendendo a moratória para este fim. Jonel Iurk – Representante da COPEL, expôs que a COPEL é favorável a ampliação do debate sobre o tema, defendendo a moratória para este fim, defendendo que a exploração de gás convencional não seja comprometida, sob pena de comprometer o avanço econômico do Estado. Informados sobre os posicionamentos, os Deputados propuseram que a Comissão não tenha posição fechada sobre o assunto, mantendo os parlamentares independentes na tomada de decisão, quando da votação dos PLs que tramitam na casa. Ao final das explanações a Senhora Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada por ela, pelos membros da Comissão, e por mim \_\_\_\_\_, secretário.

Deputada Estadual MARIA VICTORIA

Presidente

18ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às 17h48, na sala anexa ao Plenário, reuniu-se a Comissão de Turismo com a finalidade de deliberar sobre o Projeto de Lei nº 26/2015 e visita técnica à Ilha do Mel, sob a presidência do Senhor Deputado Chico Brasileiro e com a presença dos Senhores Deputados(as) Anibelli Neto, Márcio Pacheco, Tercílio Turini, e Claudia Pereira. Observada a existência de quórum necessário, o Senhor Presidente abriu os trabalhos trazendo à discussão o Projeto de Lei nº 26/2015 de autoria da Deputada Maria Victoria, sendo o relator o Deputado Anibelli Neto, que imediatamente iniciou a leitura de seu parecer favorável e, em seguida, da lista de municípios que fazem parte do Projeto. O Deputado Márcio Pacheco questionou a ausência do Município de Ubiratã na referida lista e pediu vista ao Projeto em discussão. Na sequencia, como segundo ponto de pauta, o Senhor Presidente relatou que na semana passada reuniu-se com o Secretário do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Soavinski. Destacou a importância da presença desta Comissão na Ilha do Mel, em atendimento à solicitação da própria comunidade local feita na última audiência pública desta Comissão no litoral, e convidou os membros para participarem desta visita que está marcada para quarta-feira que vem, dia 2 de dezembro, no período da manhã. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às 18h22 determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada por ele, pelos membros da Comissão e por mim, secretária.

Deputado Chico Brasileiro  
Presidente

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputada Claudia Pereira  
Membro

Pacheco

Deputado Marcio Membro	Deputado Tercilio Turini Membro
---------------------------	------------------------------------

Ludmira Xavier de Siqueira  
Secretária da Comissão de Turismo

109563/2015

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

18ª. LEGISLATURA - 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 7ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, às treze horas, na sala anexa ao Plenário, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados, Elio Lino Rusch, Francisco Buhrer, Fernando Scanavaca, Luiz Claudio Romanelli e Ricardo Arruda, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposições nº. 017/2015-CTC, 018/2015-CTC e 019/2015-CTC. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado Elio Lino Rusch, abriu a reunião comunicando que o Senhor Deputado Wilmar Reichembach, Pelotar da Proposição nº 018/2015-CTC estaria ausente por motivos justificados e já havia deixado o Parecer pronto, então passou a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Arruda, Relator das Proposições nº. 017/2015-CTC e 019/2015-CTC, para que também lesse o Parecer da Proposição nº. 018/2015-CTC, pois as mesmas tratam das prestações de contas do Governo do Estado do Paraná, exercícios financeiros de 2011, 2012 e 2013. Após exame dos documentos apresentados, os Senhores Relatores, decidiram pelo Parecer Favorável-Aprovado, com Ressalvas, acompanhando os Pareceres Prévios do Douto Tribunal de Contas do Paraná em suas determinações. As proposições foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, Senhores Deputados presentes, e, por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

DEPUTADO ELIO LINO RUSCH  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

MARIA REGINA SUBTIL  
Secretária da Comissão de Tomada de Contas

109564/2015

1º Sessão Legislativa da 18ª Legislatura

Ata 8º Reunião Ordinária

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Deputado Doutor Batista. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a seguinte Ordem do Dia: **Projeto de Lei nº 386/2015**, de autoria da Deputada Claudia Pereira, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Celiaco", a ser celebrado anualmente no terceiro domingo do mês de maio". Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado; **Projeto de Lei nº 419/2015**, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui no Dia Estadual de Conscientização da Esclerose Tuberousa, a ser realizado anualmente no dia 30 de agosto. Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado; **Projeto de Lei nº 425/2015**, de autoria da Deputada Maria Victoria, que institui a Semana de Incentivo ao Parto Normal e Humanizado, a ser realizado na primeira semana do mês de outubro. Relator Deputado Tercílio Turini: Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

DR. BATISTA

PRESIDENTE

Richard Rüppel Sotto Maior  
Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

1º Sessão Legislativa da 18ª Legislatura  
Ata 9º Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do Deputado Alexandre Guimarães. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: **Projeto de Lei nº 491/2015**, de autoria da Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a Política de tratamento de Doenças Raras no Estado e dá outras providências. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE GUIMARÃES

PRESIDENTE

Richard Rüppel Sotto Maior  
Secretário

109565/2015

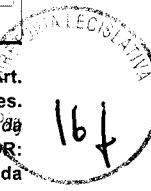
18ª. LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

01 DE DEZEMBRO DE 2015

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se no Auditório Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Exmo. Deputado: Nelson Justus (Presidente), Fernando Scanavaca, Pedro Lupion, Alexandre Curi, Tiago Amaral, Felipe Francischini, Luiz Claudio Romanelli, Guto Silva, Claudia Pereira, Pastor Edson Pracyk, Gilson de Souza e Péricles de Mello. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão: **01- PROJETO DE LEI 822/2015 – Mensagem n. 59/2015. \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***. Autor: Poder Executivo. Desafetação e autorização para o Poder Executivo alienar bens imóveis de sua propriedade, assim como autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná alienar bem imóvel de sua propriedade, conforme específica. RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 02- PROJETO DE LEI 392/2015 – Desmembrado do Projeto de Lei n. 212/2015 - Mensagem n. 10/201 \*\*REGIME DE



**URGÊNCIA\*\*.** Autor: Poder Executivo. Define as obrigações de pequeno valor, para fins do Disposto nos §§ 3º e 4º do Art. 100 da Constituição Federal, e adota outras providências. RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: CONCEDIDO VISTA aos Deps. Péricles de Mello, Tiago Amaral e Felipe Francischini. 03-PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 18/2015 – Mensagem n. 38/2015

**\*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\*.** Autor: Poder Executivo. Alteração de Dispositivos da Lei Complementar nº 131, de 28 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Reestruturação da Carreira do Auditor Fiscal. RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: CONCEDIDO VISTA aos Deps. Péricles de Mello, Claudia Pereira e Felipe Francischini. 04- EMENDA DA COM. DE FINANÇAS AO PROJETO DE LEI 577/2015. Autor do Projeto: Claudia Pereira. Dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados. RELATOR: PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Tiago Amaral. 05- PROJETO DE LEI 314/2015. Autor: Requião Filho. Autoriza o Poder Executivo a criar mecanismos de incentivo à captação da água de chuva. RELATOR: GILSON DE SOUZA. PARECER: ADIADO. 06-PROJETO DE LEI 570/2015. Autor: Paranhos. Obriga as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, no Estado do Paraná, a comunicar individualmente os consumidores, quando do descredenciamento ou da mudança de rede credenciada dos prestadores de serviço do plano de assistência à saúde. RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 07- PROJETO DE LEI 608/2015. Autor: Dr. Batista. Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de documento oficial de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e débito. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL – Rejeitado. Apresentado pelo Dep. Felipe Francischini VOTO EM SEPARADO CONTRÁRIO – Aprovado. Vencidos os Deps. Péricles de Mello, Luiz Claudio Romanelli e Pedro Lupion. 08-PROJETO DE LEI 470/2015. Autor: Requião Filho. Dispõe sobre fiscalização realizada pela Receita Estadual das empresas enquadradas no Regime Fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte. RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. Vencido o Dep. Péricles de Mello. 09- PROJETO DE LEI 613/2015. Autor: Nereu Moura. Autoriza o Poder Executivo a conceder tratamento tributário especial às concessionárias de telefonia móvel que investirem na disponibilização/melhoria de sinal na zona rural do Estado do Paraná. RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. Vencido o Dep. Péricles de Mello. 10-PROJETO DE LEI 685/2015. Autor: Tião Medeiros. Altera a Redação do Inciso XII do Art. 4º e o inciso I, do Art. 140 da Lei Estadual nº 15.608/2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná. RELATOR: TIAGO AMARAL. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. Abstenção do Dep. Felipe Francischini. 11- PROJETO DE LEI 226/2015. Autor: Felipe Francischini e Tião Medeiros. Dispõe sobre o controle do número I.M.E.I - International Mobile Equipment Identity - (Identificação Internacional de Equipamento Móvel) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares. RELATOR: TIAGO AMARAL. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Modificativa- Aprovado. 12- PROJETO DE LEI 358/2015. Autor: Nereu Moura. Institui a disponibilização gratuita do serviço de Wi-Fi para acesso a internet sem fio e tomadas elétricas a bordo, nos ônibus de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná e dá outras providências. RELATOR: PEDRO LUPION. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 13- PROJETO DE LEI 607/2015. Autor: Gilberto Ribeiro. Proíbe a utilização do tratamento Superficial Betuminoso (anti-pô) para pavimentação no âmbito do Estado do Paraná. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: DILIGÊNCIA à Prefeitura Municipal de Curitiba e DER- Departamento de Estradas de Rodagem. 14-PROJETO DE LEI 633/2015. Autor: Dr. Batista. Dispõe sobre a aplicação de multa pecuniária para desperdício de água no estado do Paraná. RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 15- PROJETO DE LEI 401/2015. Autor: Guto Silva. Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná o "Natal de Pato Branco" realizado anualmente no mês de novembro na cidade de Pato Branco. RELATOR: CLAUDIA PEREIRA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 16- PROJETO DE LEI 318/2015. Autor: Claudio Palozi. Dispõe sobre o piso salarial do Farmacêutico no âmbito do Estado do Paraná. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: CONCEDIDO VISTA aos Deps. Péricles de Mello, Pedro Lupion e Luiz Claudio Romanelli. 17- PROJETO DE LEI 706/2015. Autor: Bernardo Ribas Carli. Concessão de Título de Cidadã Honorária à tenista TELIANA PEREIRA. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 18- PROJETO DE LEI 486/2015. Autor: Requião Filho. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, nas aquisições de motocicletas novas, até 150 (cento e cinquenta) cilindradas, a serem utilizadas nas prestações de serviço de transporte de passageiros e na coleta e entrega de pequenas cargas, que exerçam a atividade no Estado do Paraná. RELATOR: FERNANDO

SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 19- PROJETO DE LEI 656/2015. Autor: Rasca Rodrigues. Dispõe sobre a Instituição do Programa Veterinário Mirim no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB. RELATOR: BERNARDO CARLI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 20- PROJETO DE LEI 644/2015. Autor: Anibelli Neto / Maria Victoria. Institui a rota da cerveja artesanal no Estado do Paraná. RELATOR: GUTO SILVA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 21- PROJETO DE LEI 636/2015. Autor: Cantora Mara Lima. Institui a Política Estadual de Atenção Obstétrica e Neonatal. RELATOR: CLAUDIA PEREIRA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 22- PROJETO DE LEI 629/2015. Autor: Marcio Pacheco. Dispõe sobre prioridade no atendimento às pessoas portadoras de Diabetes Mellitus nos estabelecimentos de saúde no Estado do Paraná. RELATOR: PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 23- PROJETO DE LEI 627/2015. Autor: Ney Leprevost. Dispõe sobre o Convênio denominado de Ação Integrada de Fiscalização Urbana, firmado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e os Municípios Paranaenses. RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 24- PROJETO DE LEI 622/2015. Autor: Paranhos. Autoriza a instalação de terminais digitais de denúncias em logradouros públicos pelos Ministérios Públicos. RELATOR: FELIPE FRANCISCHINI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 25- PROJETO DE LEI 612/2015. Autor: Hussein Bakri. Dispõe sobre a Implantação de Repúblicas para Idosos de baixa renda no Estado do Paraná. RELATOR: PERICLES DE MELLO. PARECER: DILIGÊNCIA ao Conselho Estadual dos Direitos do Idoso. 26- PROJETO DE LEI 605/2015. Autor: Evandro Junior. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de vídeo, com capacidade para filmagem noturna, em todos os ônibus de linhas rodoviárias que trafeguem no Estado do Paraná. RELATOR: TIAGO AMARAL. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 27- PROJETO DE LEI 588/2015. Autor: Nereu Moura. Isenta do pagamento de taxas a emissão da segunda via de documentos furtados, roubados danificados ou que tenham sido extraviados por ocorrência de catástrofe da natureza e dá outras providências. RELATOR: PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 28- PROJETO DE LEI 841/2015. Autor: Felipe Francischini. Altera os dispositivos que especifica da lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Concessão e a Manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná, visando promover o desenvolvimento das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACS no Estado. RELATOR: BERNARDO CARLI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 29- PROJETO DE LEI 72/2015. Autor: Dr. Batista. Denomina o Contorno de Mandaguari de Antônio da Rocha Marinho Bittencourt, localizado na Rodovia BR 376. RELATOR: PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 30- PROJETO DE LEI 511/2015. Autor: Luiz Carlos Martins. Obriga os Prontos-Socorros, Hospitais Unidades de Saúde e Clínicas de Saúde, pública ou privada, a afixar, em local público, cartazes esclarecedores acerca da legislação que prevê o crime de omissão de socorro. RELATOR: PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 31- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 02/2015. Autor: Tadeu Veneri. Sustenta o Decreto nº 2.095, de 07 de agosto de 2015, do Poder Executivo. RELATOR: TIAGO AMARAL. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 32- RECURSO AO PROJETO DE LEI 578/2015. Autores: Marcio Pauliki. Dispõe sobre exigência de comunicação prévia, ao consumidor nos termos que especifica, quando da suspensão de fornecimento de serviço por falta de pagamento. RELATOR: ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 33- RECURSO AO PROJETO DE LEI 159/2015. Autores: Marcio Pauliki e Felipe Francischini. Dispõe sobre critério para liberação de cadáver no Instituto Médico Legal – IML – do Paraná, para sepultamento. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 34- RECURSO AO PROJETO DE LEI 335/2015. Autores: Marcio Pauliki e Maria Victoria. Institui mecanismo de inibição da violência contra mulher no Estado do Paraná, através de aplicação de multa ao agressor, em caso de Utilização de Serviço Público. RELATOR: BERNARDO CARLI. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 35- RECURSO AO PROJETO DE LEI 260/2015. Autores: Evandro Junior. Concede aos pais adotantes, a licença paternidade que trata o Artigo 7, Inciso XIX da Constituição Federal e Artigo 34, Inciso XII da Constituição do Estado do Paraná. RELATOR: PEDRO LUPION. PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). 36- PROJETO DE LEI 587/2015. Autor: Nelson Justus. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos dos Municípios de Jandaia do Sul, Marumbi e Kaloré, com sede no Município de Kaloré e foro no Município de Jandaia do Sul. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda- Aprovado. 37- PROJETO DE LEI 864/2015. Autor: Ademar

Traiano. Concessão de Título de Utilidade Pública ao Conselho da Comunidade da Comarca de Assis Chateaubriand, com sede e foro em Assis Chateaubriand. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 38- PROJETO DE LEI 790/2015. Autor: Com. Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação dos Produtores da Microbacia do Pico Agudo com sede no município de Japira e foro no Município de Ibaiti. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 39- PROJETO DE LEI 863/2015. Autor: Adelino Ribeiro; Marcio Pacheco e Paranhos. Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Cascavel Rosa, com sede e foro no Município de Cascavel. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Dep. Nelson Justus  
Presidente

Caline Favretto Gondim  
Coordenadora Mat12839

109584/2015

#### 18ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

02 DE DEZEMBRO DE 2015

Ao segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Exmo. Deputado Nelson Justus (Presidente), Fernando Scanavaca, Pedro Lupion, Alexandre Curi, Tiago Amaral, Luiz Claudio Romanelli, Felipe Francischini, Guto Silva, Bernardo Ribas Carli, Claudia Pereira, Pastor Edson Praczyk e Péricles de Mello. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão:  
01- PROJETO DE LEI 822/2015 – Mensagem n. 59/2015. \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\*. Autor: Poder Executivo. Desafetação e autorização para o Poder Executivo alienar bens imóveis de sua propriedade, assim como autorização para a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná alienar bem imóvel de sua propriedade, conforme específica.  
RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. Vencido o Dep. Péricles de Mello. 02- PROJETO DE LEI 392/2015 – Desmembrado do Projeto de Lei n. 212/2015 – Mensagem n. 10/2015 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\*. Autor: Poder Executivo. Define as obrigações de pequeno valor, para fins do Disposto nos §§ 3º e 4º do Art. 100 da Constituição Federal, e adota outras providências.  
RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Felipe Francischini do Voto em Separado do Dep. Péricles de Mello. 03- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 18/2015 – Mensagem n. 38/2015. \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\*. Autor: Poder Executivo. Alteração de Dispositivos da Lei Complementar nº 131, de 28 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Reestruturação da Carreira do Auditor Fiscal.  
RELATOR: LUIZ CLAUDIO ROMANELLI. PARECER: FAVORÁVEL- Aprovado. 04- PROJETO DE RESOLUÇÃO 38/2015. Autor: Comissão Executiva. Instituição do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e adoção de outras providências. RELATOR: DEP. PEDRO LUPION (Arts. 1º a 223 do RI) e DEP. PASTOR EDSON PRACZYK (Arts. 224 a 294 do RI). PARECER: ADIADO em face ao término da sessão (Art. 46, §1º do RI). Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Dep. Nelson Justus  
Presidente

Caline Favretto Gondim  
Coordenadora Mat128

109585/2015

## Editais e Contratos

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2015

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para realizar aplicação de revestimento asfáltico e concregrama nos estacionamentos da Alep.

VENCEDOR: DECK CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

VALOR: Desconto de 5% sobre a tabela SEIL/PRED (agosto/2014) e SMOP/PR (MAIO/2014).

Pregoeira: Josenilda Benedito

Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico.

### AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

[Pregão na Forma Presencial para Registro de Preços nº 067/2015](#)

Data da abertura: 18/12/2015

Horário: 10h00min

Objeto: Contratação de empresa especializada para eventual confecção de chaves e carimbos para esta Assembleia Legislativa.

Valor máximo: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

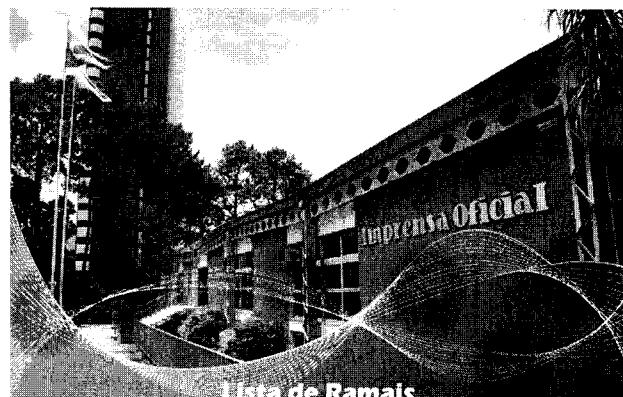
Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h as 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: [www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais](http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais)

Dotação: 001.001.4000.3390.3963.

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 07 de dezembro de 2015.

109603/2015



### Lista de Ramais

DIRTORIA	Secretaria	41 3313.3221	parlamentar@alep.pr.gov.br
ADMINISTRAÇÃO	Financeiro e Contabilidade	41 3313.3227	contabilidade@alep.pr.gov.br
	Contratos	41 3313.3247	contratos@alep.pr.gov.br
	Licitação	41 3313.3261	licitacao@alep.pr.gov.br
PRODUÇÃO GRÁFICA	Gestão de Arquivo	41 3313.3269   3313.3228	gestaoarquivo@alep.pr.gov.br
	Impressão	41 3313.3245   3313.3242	impressao@alep.pr.gov.br
	Editalaria	41 3313.3206   3313.3231	editalaria@alep.pr.gov.br
	Imprensa Gráfica	41 3313.3239   3313.3259 (fax)	imprensa@alep.pr.gov.br
	Impressora Escolar	41 3313.3224	recomendador@alep.pr.gov.br
	Computador Gráfico	41 3313.3261   3313.3257	computadorgrafico@alep.pr.gov.br
	Espediente de Materiais	41 3313.3265	expedienteinternacional@alep.pr.gov.br

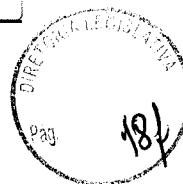
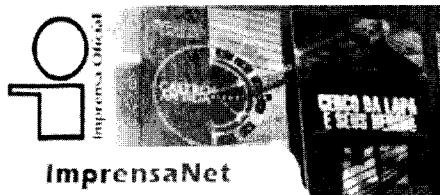
PUBLICAÇÕES OFICIAIS - Central de Atendimento: 41 3200.5802 NOVO atendimento@alep.pr.gov.br

RECURSOS HUMANOS - Recursos Humanos: 41 3313.3241 | 3313.3200 rh@alep.pr.gov.br

Central de Atendimento - Publicações Oficiais  
41 3200.5002

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)



[Página inicial](#)[Área restrita](#)

Para acessar a área restrita você precisa se identificar preenchendo os campos abaixo com a chave do SENTINELA.

Usuário Senha Versão  
1.7.2[Esqueci a Senha](#) [Mudar Senha](#)

mento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

CEP 8345 - Juvevê  
Brasil

## Sistema de Publicações Oficiais

**Mais segurança,  
mais agilidade e economia.  
Modernidade ao alcance de um clique.**

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

